



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO ESPECIALIZADA VIRTUAL**  
**DE SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE**  
**OBRA**

# **EDITAL-PADRÃO**

# **CREDENCIAMENTO**

**FUNSA**  
**CONVOCAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES CIVIS DE SAÚDE (OCS) E**  
**DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE AUTÔNOMOS (PSA) PARA**  
**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES,**  
**ODONTOLÓGICOS E DE REABILITAÇÃO.**

**MANAUS – JANEIRO DE 2025**

**ÍNDICE.****PREÂMBULO****1. DA CONVOCAÇÃO****2. DO OBJETO****3. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO****4. DA HABILITAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO****5. DOS RECURSOS FINANCEIROS****6. DO CONTRATO E SUAS ALTERAÇÕES****7. DO REGIME DE EXECUÇÃO****8. DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO****9. DO REAJUSTE****10. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE****11. DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS****12. DAS SANÇÕES****13. DA RESCISÃO****14. DOS RECURSOS****15. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDOS DE INFORMAÇÕES****16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS****17. DO FORO**



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
**SÉTIMO COMANDO AÉREO REGIONAL**  
**GRUPAMENTO DE APOIO DE MANAUS – GAP-MN**  
**HOSPITAL DE AERONÁUTICA DE MANAUS- HAMN**

**EDITAL**

CONVOCAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES CIVIS DE SAÚDE (OCS) E DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE AUTÔNOMOS (PSA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E DE REABILITAÇÃO.

**1. DA CONVOCAÇÃO.**

1.1. A União, entidade de direito público interno, por intermédio do Hospital de Aeronáutica de Manaus, órgão do Ministério da Defesa – Comando da Aeronáutica, por meio da Comissão de Contratação, designada através da Portaria nº 124/SPM de 21 de setembro de 2023 por ato publicado no Boletim Interno nº 203 de 13 de novembro de 2023, publicado no Boletim do Grupamento de Apoio de Manaus (GAP-MN), torna público para conhecimento dos **interessados** que, na data, horário e local indicados, realizará a seleção e o credenciamento de Organizações Civas de Saúde (OCS) e de Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) para prestação de serviços de assistência Médico-Hospitalar, Pré-Hospitalar, Odontológica e de Reabilitação, conforme as condições estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos.

1.2. O procedimento de credenciamento observará integralmente as disposições das seguintes legislações infraconstitucionais:

- 1.2.1.** Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- 1.2.2.** Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980;
- 1.2.3.** Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;
- 1.2.4.** Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017;
- 1.2.5.** Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 1.2.6.** Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003;
- 1.2.7.** Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001;
- 1.2.8.** Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012

## Edital de Credenciamento 001/2025

- 1.2.9.** Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986;
- 1.2.10.** Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986;
- 1.2.11.** Decreto nº 11.878, de 09 de janeiro de 2024;
- 1.2.12.** Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 19 de agosto de 2016;
- 1.2.13.** Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017;
- 1.2.14.** Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018;
- 1.2.15.** Instrução Normativa 05, de 23 de março de 1995;
- 1.2.16.** Resolução Normativa nº 465, de 24 de fevereiro de 2021;
- 1.2.17.** Parecer nº 0003/2017/CNU/CGU/AGU de 11 de abril de 2017, aprovado pelo Despacho nº 102, de 22 de março de 2019, da AGU (NUP 00671.000641/2014-75);
- 1.2.18.** Instrução Normativa SEGES nº 65 de 07 de julho de 2021;
- 1.2.19.** NSCA 160-5 de 2022: Norma para Prestação da Assistência Médico-Hospitalar no Sistema de Saúde da Aeronáutica;
- 1.2.20.** NSCA 160-7 de 31 de outubro de 2019: Assistência Complementar do Sistema de Saúde da Aeronáutica;
- 1.2.21.** Manual de Contratações Públicas do COMAER, de 31 de outubro de 2023( RADA-e);

1.3. Integram este Edital, independentemente de transcrição, os Anexos abaixo:

ANEXO I - Modelo de Carta-Proposta para Organizações Civis de Saúde(OCS – Pessoa Jurídica).

ANEXO II - Modelo de Requerimento para Credenciamento de Profissionais de Saúde Autônomos (PSA).

ANEXO III - Ficha Cadastral do Credenciado.

ANEXO IV - Declaração de que Não Emprega Menor de Idade(do art. 7º, inciso XXXIII da CF/1988). ANEXO V - Declaração de Idoneidade.

ANEXO VI - Declaração de que Não Possui, Como Sócio, Militar ou Servidor Civil da Ativa, do Comando da Aeronáutica - PESSOA FÍSICA.

ANEXO VII - Declaração de que Não Possui, Como Sócio, Militar ou Servidor Civil da Ativa, do Comando da Aeronáutica - PESSOA JURÍDICA.

ANEXO VIII - Declaração de Concordância

ANEXO IX - Minuta de Contrato Clínicas Médicas Especializadas.

ANEXO X - Minuta de Contrato Hospitais e de Maternidades.

ANEXO XI - Minuta de Contrato de Clínicas de Reabilitação.

ANEXO XII - Minuta de Contrato Laboratórios de Análises Clínicas e Citopatologia.

ANEXO XIII - Minuta de Contrato Profissionais de Saúde Autônomos(PSA) – PESSOA FÍSICA.

Edital de Credenciamento 001/2025

ANEXO XIV - Minuta de Contrato para Atendimento Pré-Hospitalar e Inter-Hospitalar.

ANEXO XV - Minuta de Contrato para Atenção Domiciliar à Saúde.

ANEXO XVI - Minuta de Contrato para Cooperativas Médicas.

ANEXO XVII – Minuta de Contrato para Clínicas Odontológicas

ANEXO XVIII – Solicitação de Credenciamento - PESSOA JURÍDICA

ANEXO XIX - Solicitação de Credenciamento - PESSOA FÍSICA

ANEXO XX - Lista Referencial de Procedimentos Hospitalares, de Assistência Médica Domiciliar e Pacotes

ANEXO XXI - Termo de Conciliação Judicial – MPT E UNIÃO

1.4. Para entendimento das nomenclaturas usadas no sistema de saúde da Aeronáutica e neste Edital:

**1.4.1 ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR (AMH):** É o conjunto de atividades relacionadas ao diagnóstico e a prevenção de doenças, com a conservação e/ou recuperação da saúde e com a reabilitação dos pacientes, abrangendo todos os serviços prestados por profissionais de saúde em hospitais, consultórios, clínicas especializadas, laboratórios, ou na assistência domiciliar, incluindo o fornecimento e a aplicação dos meios.

**1.4.2. USUÁRIOS/ BENEFICIÁRIOS DO FUNSA (Fundo de Saúde da Aeronáutica):** São os beneficiários do FUNSA que recebem a assistência médico-hospitalar prestada pelo Sistema de Saúde da Aeronáutica, incluso os beneficiários exclusivos da AMH que recebem a assistência mediante pagamento pelo serviço na tabela acordada com os credenciados.

**1.4.3. ASSISTÊNCIA COMPLEMENTAR À SAÚDE:** É a assistência à saúde prestada por organizações de saúde não pertencentes ao Comando da Aeronáutica, podendo ser públicas, privadas ou pertencentes a outra Força Singular, com a finalidade de complementar os serviços existentes nas Organizações de Saúde da Aeronáutica.

**1.4.4. FUNDO DE SAÚDE DA AERONÁUTICA (FUNSA):** Fundo constituído de recursos financeiros oriundos de contribuições mensais obrigatórias e indenizações por atendimentos prestados à saúde dos militares, dos seus dependentes e dos pensionistas contribuintes, destinado a complementar o custeio da assistência à saúde dos beneficiários

**1.4.5. BENEFICIÁRIOS DO FUNDO DE SAÚDE DA AERONÁUTICA (FUNSA):** Militares da Aeronáutica da ativa, da reserva, reformados ou pensionistas, todos contribuintes do FUNSA, bem como seus dependentes, estes abrangidos pelos §§ 2º, 3º e 5º do art. 50 da Lei 6.880/1980, desde que assim declarados pelo Militar responsável na organização militar competente.

**1.4.6. BENEFICIÁRIOS EXCLUSIVOS DA ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR (AMH):** Grupo constituído pelos dependentes de militares regularmente declarados e inscritos nos bancos de dados de pessoal do COMAER, ou aqueles que se encontravam em processo de regularização de dependência na data de publicação da Lei nº13.954/2019, amparados pela redação da Lei 6.880/1980, vigente até 16 de dezembro de 2019.

**1.4.7. ORGANIZAÇÃO DE SAÚDE(OSA):** É a denominação genérica, dada aos órgãos de direção ou de execução do serviço de saúde, inclusive hospitais, divisões e seções de saúde,

ambulatorios, enfermarias e formações sanitárias de Corpo de Tropa, de estabelecimento de navio, de base, de arsenal ou qualquer outra Unidade Administrativa, tática ou operativa das Forças Armadas, bem como as congêneres da área civil, oficiais ou particulares.

**1.4.8. GUIA DE APRESENTAÇÃO DE BENEFICIÁRIO (GAB):** Documento hábil para o encaminhamento de beneficiários do FUNSA às entidades de saúde conveniadas, contratadas ou credenciadas pelo Comando da Aeronáutica para atendimento à saúde. A GAB de encaminhamento poderá ser Digital, assinada digitalmente por agente competente, com fulcro na Lei nº 14.063/2020.

**1.4.9. GUIA DE ENCAMINHAMENTO PARA ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR (GEAM):** Documento hábil para o encaminhamento de beneficiários exclusivos da AMH, que não são beneficiários contribuintes do FUNSA, às entidades de saúde credenciadas, conveniadas ou contratadas pelo Comando da Aeronáutica, para fins de assistência à saúde.

**1.4.10 OFÍCIO DE APRESENTAÇÃO:** Documento hábil com dados do beneficiário, número de SARAM, discriminando sucintamente o atendimento/procedimento/exame ou internação a ser realizado. Apresentado ao credenciado em substituição a GAB em situações especiais, tais como fins de semana, feriados ou fora do horário de expediente do FUNSA, intercorrências de funcionamento no sistema de liberação de GAB's (SISAUC) ou quedas de energia, possibilitando o atendimento ao beneficiário.

1.5. O presente Edital e seus anexos poderão ser examinados, de forma permanente e contínua, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, disponível no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

1.6. A documentação mencionada no item acima também poderá ser consultada no endereço eletrônico <https://www2.fab.mil.br/hamn/>, ou ser recebida por mensagem eletrônica. Para a solicitação de outras informações deverá ser utilizado o contato pelo telefone:(92) 3623-4239/4237 ou o e-mail: [credenciamentofunsa@gmail.com](mailto:credenciamentofunsa@gmail.com).

## **2. DO OBJETO.**

2.1. O objeto deste Edital é o credenciamento, no Estado do Amazonas, de Organizações Cíveis de Saúde (OCS) e de Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) interessados na prestação de serviços complementares de assistência médico-hospitalar, ambulatorial, atendimento de emergência/urgência em regime de 24 (vinte e quatro) horas diárias, pré-hospitalar, odontológica e de reabilitação aos beneficiários do Fundo de Saúde da Aeronáutica (FUNSA), e seus dependentes, conforme disposto nos arts. 74 e 79 da Lei nº 14.133, de 2021, no Decreto nº 11.878, de 2024 e na Decisão n.º 656/1995 – Plenário TCU.

2.2. A prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, odontológica e de reabilitação abrangerá os municípios de Manaus, Tabatinga, Tefé, São Gabriel da Cachoeira e Eirunepé.

2.3. A contratação será realizada na modalidade de contratação direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso IV e o art. 79, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

2.4 É vedado à contratada delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços objeto deste Termo de Contrato, salvo mediante autorização expressa e formal da Administração, que deverá avaliar a compatibilidade do objeto contratual com os princípios da eficiência e economicidade. Tal autorização, caso concedida, será registrada formalmente nos autos.

2.5 É vedado que pessoas – físicas ou jurídicas – contratadas no âmbito deste edital atuem ou prestem serviços no interior das instalações das Organizações Militares, nos termos do art. 37,

Edital de Credenciamento 001/2025

inciso II, da Constituição Federal de 1988, que exige a aprovação em concurso público para investidura em cargo ou função pública.

### **3. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO.**

3.1. O prazo para credenciamento iniciar-se-á a partir da data de publicação deste instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Diário Oficial da União, no sítio eletrônico do Hospital de Aeronáutica de Manaus (HAMN) e em jornal local de grande circulação, ao início de cada ano civil, até o final de sua vigência.

**3.1.1.** O presente Edital vigorará por prazo indeterminado, a partir da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

3.1.2 Poderá haver o credenciamento de interessados enquanto estiver aberto o prazo de credenciamento, desde que atendidos os demais requisitos deste Edital.

3.2. Poderão habilitar-se ao credenciamento Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) e Organizações Cíveis de Saúde (OCS), conforme as necessidades descritas neste Edital, desde que apresentadas Carta-Proposta e/ou Requerimento de Credenciamento, em conformidade com os valores estipulados neste instrumento, e que estejam previamente cadastrados no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018.

3.3. Não poderão participar deste credenciamento:

**3.3.1.** Pessoas jurídicas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste credenciamento.

3.3.1.1. Excepciona-se o disposto acima nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos que apresentem autorização específica dos sócios para contratar com a Administração objeto diverso do previsto no contrato social ou estatuto;

3.3.1.2. A autorização assemblear deverá observar as regras de convocação e de quórum para instauração e deliberação previstas em lei para cada tipo de sociedade.

3.3.1.3. Para fins de comprovação, o licitante deverá apresentar a ata da assembleia ou o documento equivalente.

**3.3.2.** Empresas ou associações reunidas em consórcio;

**3.3.3.** Operadoras privadas de planos de saúde;

**3.3.4.** Pessoas jurídicas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no país;

**3.3.5.** Pessoas jurídicas ou físicas impedidas de licitar e contratar com a União (art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002 cumulado com o art. 28 do Decreto nº 5.450, de 2005 e art. 156, III da Lei nº 14.133, de 2021), suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com o Comando da Aeronáutica (art. 87, III, da Lei nº 8.666, de 1993) ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública Federal (art. 156, III e §4º da Lei nº 14.133, de 2021);

**3.3.6.** Pessoas jurídicas ou físicas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, se aplicada com base na Lei nº 8.666, de 1993, ou até que tenha expirado o prazo de sua aplicação, se aplicada com base na Lei nº 14.133, de 2021;



**3.3.7.** Pessoas jurídicas ou físicas que possuam restrições quanto às suas capacidades técnicas ou operacionais, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal, inclusive, sob investigação do Ministério Público quanto a sua idoneidade nos procedimentos utilizados na prestação dos serviços objeto do presente credenciamento;

**3.3.8.** Pessoas jurídicas ou físicas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605, de 1998;

**3.3.9.** Pessoas jurídicas em processo falimentar;

**3.3.10.** Pessoas jurídicas em dissolução ou liquidação;

**3.3.11.** Pessoas físicas em processo de insolvência civil;

**3.3.12.** Pessoas físicas que não estiverem quites com suas obrigações eleitorais, nos termos do art. 7º. § 1º. III, do Código Eleitoral.

**3.3.13.** Pessoas jurídicas que sejam proprietários, controladores ou diretores Deputados ou Senadores (art. 54, II, da Constituição Federal);

**3.3.14.** Militar ou funcionário civil da Organização Credenciante;

**3.3.15.** Pessoas jurídicas ou físicas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa);

**3.3.16.** Quaisquer interessados que se enquadrarem nas vedações previstas nos §§1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

**3.3.17.** Mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou da entidade credenciante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, e dos que exerçam funções de Ordenador de Despesas, Gestor do FUNSA, bem como de Comandante desta Organização Credenciadora (Credenciante) ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**3.3.18.** Sociedades que tenham em seus quadros societários quaisquer das pessoas indicadas nos subitens anteriores.

3.3.18.1. Neste caso a restrição poderá ser afastada caso comprovada, no caso concreto, a ausência de ofensa aos princípios da isonomia, da impessoalidade e da moralidade.

3.4. A participação neste procedimento administrativo implica a aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edital.

3.5. A documentação deverá ser anexada ao sistema próprio do [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), após cadastramento no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, previsto na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018.

3.6. Para se habilitar à contratação, a **Organização Civil de Saúde** interessada deverá apresentar “**Carta Proposta**”, conforme modelo do Anexo I, acompanhada dos documentos necessários, atendendo às seguintes exigências:

**3.6.1.** Estar contida em papel timbrado da pessoa jurídica ou que a identifiquem, sem emendas e sem rasuras, de maneira completa, expressa e inteligível;



## Edital de Credenciamento 001/2025

**3.6.2.** Declarar concordância com as condições estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos;

**3.6.3.** Constar dias e horários de atendimento, contato telefônico e/ou WhatsApp para contato e agendamento;

**3.6.4.** Conter a relação de serviços prestados no padrão TUSS com suas devidas codificações;

**3.6.5.** Conter a relação de equipamentos técnicos;

3.6.5.1. No caso específico do atendimento pré-hospitalar e inter-hospitalar móvel, apresentar a relação de ambulâncias correspondentes aos tipos credenciados.

**3.6.6.** Indicar o nome do Banco, o número da Agência e da Conta Corrente para creditar os pagamentos; e

**3.6.7.** Ser datada e assinada pelo representante legal, podendo ser realizada por meio eletrônico.

3.7. Para habilitar-se ao credenciamento, o **Profissional de Saúde Autônomo** deverá apresentar **“Requerimento para Credenciamento”**, conforme modelo do Anexo II, acompanhado dos documentos necessários, com atendimento das seguintes exigências e observações:

**3.7.1.** Estar contida em papel timbrado que o identifique, sem emendas e sem rasuras, de maneira completa, expressa e inteligível;

**3.7.2.** Declarar concordância com as condições estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos;

**3.7.3.** Constar dias e horários de atendimento;

**3.7.4.** Conter a relação de serviços;

**3.7.5.** Conter a relação de equipamentos técnicos;

**3.7.6.** Indicar o nome do Banco, o número da Agência e da Conta Corrente para creditar os pagamentos; e,

**3.7.7.** Ser datado e assinado por si ou por seu representante, podendo o ser por meio eletrônico;

**3.7.8.** O odontólogo somente poderá ser credenciado para 2 (duas) especialidades, nos termos do art. 7º, “c”, da Lei nº 5.081, de 24 de agosto de 1966.

**3.7.9.** No caso do médico, dispõe a Resolução CFM nº 1.845/2008, na alínea o do item 1, que o médico só poderá fazer divulgação e anúncio de até duas especialidades e duas áreas de atuação.

3.8. A **“Carta Proposta”** e o **“Requerimento para Credenciamento”** terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega, o qual admitirá prorrogação;

**3.8.1.** Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

3.9. A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI – deverá receber tratamento de OCS, dado a sua natureza de pessoa jurídica.

- 3.10. A não apresentação ou incorreção destes documentos não determinará a inabilitação, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela parte interessada;
- 3.11. A ausência ou inabilitação do representante para um ato não impede o suprimento da deficiência que lhe deu causa;
- 3.12. O interessado será convocado para manifestação previamente ao indeferimento de seu credenciamento;
- 3.13. Constatada a existência de sanção, a Comissão decidirá pelo indeferimento do credenciamento.

#### **4. DA HABILITAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.**

4.1. A Comissão ou Agente de Contratação consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e à habilitação técnica, conforme disposto nos arts. 6º e 10 a 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, respeitada a documentação complementar prevista no item 4.6 desta Seção.

**4.1.1.** Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF;

**4.1.2.** Os interessados cadastrados no SICAF deverão apresentar a documentação listada nesta seção, quando estiverem ausentes do cadastro.

4.2. Caso a Comissão não alcance êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o interessado será convocado a encaminhar documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.

4.3. Poderão participar do credenciamento os estabelecimentos e profissionais de saúde sediados em Manaus, Tabatinga, Tefé, São Gabriel da Cachoeira e Eirunepé, desde que comprovem regularidade jurídica, fiscal, qualificação econômico-financeira e técnico-operacional, por meio da documentação exigida.

4.4. Os interessados que não estiverem com sua documentação atualizada no SICAF deverão apresentar a seguinte documentação:

4.5. **Habilitação jurídica**, comprovada mediante a apresentação das seguintes documentações:

##### **4.5.1. Organização Civil de Saúde (OCS):**

4.5.1.1. Cédula de identidade ou outro documento equivalente do(s) representante(s) legal(is);

4.5.1.2. Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário individual;

4.5.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com sua última alteração, devidamente registrado e, no caso de sociedades empresárias, acompanhado de documento de eleição de seus administradores ou, se for o caso, procuração que outorgue poderes para terceiros;

4.5.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

4.5.1.5. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

4.5.1.6. Decreto de autorização, no caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4.5.1.7. Em caso de **cooperativas**, conforme o item 10.5, letra 'g', do Anexo VII A, da IN SLTI/MPOG nº 05/2017:

4.5.1.7.1. Ata de fundação;

4.5.1.7.2. Estatuto Social com a Ata da Assembleia que o aprovou;

4.5.1.7.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a Ata da Assembleia que os aprovou;

4.5.1.7.4. Editais de convocação das três últimas Assembleias Gerais extraordinárias; e,

4.5.1.7.5. Três registros de presença dos cooperados que executarão do Contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

4.5.1.7.6. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

4.5.1.7.7. O registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores, nos termos do art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

4.5.1.8. Regularidade com o respectivo Conselho de Classe.

#### **4.5.2. Profissional de Saúde Autônomo (PSA):**

4.5.2.1. Carteira de Identidade;

4.5.2.2. Certidão de quitação eleitoral, nos termos do art. 7º, § 1º, III, c/c art. 146 do Código Eleitoral;

4.5.2.3. Cadastro de Pessoas Físicas — CPF;

4.5.2.4. Certidão Negativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

4.5.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas — CNDT;

4.5.2.6. Inscrição no INSS/PIS-PASEP;

4.5.2.7. Inscrição no Imposto Sobre Serviços (ISS), se for o caso;

4.5.2.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e

4.5.2.9. Comprovante de residência ou estabelecimento comercial;

#### **4.6. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

##### **4.6.1. Organização Civil de Saúde (OCS):**

4.6.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

4.6.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados (Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 02 de outubro de 2014 e alteração);

4.6.1.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

4.6.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 2011; e,

4.6.1.5. Quando o contrato for executado por filial da empresa, o licitante deverá comprovar a regularidade fiscal da matriz e da filial.

4.6.1.6. Em caso de **cooperativas**, conforme o item 10.5, letra 'b', do Anexo VII A, da IN SLTI/MPOG nº 05/2017:

4.6.1.6.1. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) de cada um dos cooperados relacionados.

##### **4.6.2. Profissional de Saúde Autônomo (PSA):**

4.6.2.1. Prova de inscrição do licitante no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

4.6.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados;

4.6.2.3. Prova de regularidade de inscrição e de recolhimento das contribuições do Contribuinte Individual para com a Previdência Social, efetuada mediante a apresentação da Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRS-CI), fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

4.6.2.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

4.6.2.4.1. Caso o licitante pessoa física não seja empregador, deverá, em substituição ao CRF, declarar tal fato.

4.6.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440/2011.

**4.6.3.** As certidões de comprovação da regularidade fiscal dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 (cento e oitenta) dias contados da data da abertura da sessão pública.

#### **4.7. Qualificação técnica:**

##### **4.7.1. Organização Civil de Saúde (OCS):**

4.7.1.1. Prova de registro ou inscrição no Conselho de Classe respectivo;

4.7.1.2. Documentação do responsável técnico da OCS:

4.7.1.2.1 RG e CPF;

4.7.1.2.2 Certificado de especialidade;

4.7.1.2.3 Registro no Conselho de Classe.

4.7.1.3. Relação de membros do corpo clínico datada e assinada pelo responsável técnico contendo os seguintes dados:

4.7.1.3.1 Nome completo;

4.7.1.3.2 Especialidade clínica com RQE;

4.7.1.3.3 Número no registro no conselho de classe.

4.7.1.4. Alvará de localização e funcionamento válido;

4.7.1.5. Alvará de autorização sanitária válido;

4.7.1.6. O credenciamento da OCS poderá observar as seguintes situações quanto ao alvará de autorização sanitária:

4.7.1.6.1. Situação: Alvará de autorização sanitária vencido;

4.7.1.6.1.1. Documento a ser apresentado: alvará vencido, acompanhado de requerimento em tempo hábil (prazo estabelecido na legislação municipal específica, ou, em caso de omissão na legislação do Município, 120 dias antes do término de sua vigência) e comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.

4.7.1.6.2. Situação: requerimento de renovação em destempo (para além dos 120 dias);

4.7.1.6.2.1. Documento a ser apresentado: alvará de autorização sanitária válido ou requerimento a destempo, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.

4.7.1.6.3. Situação: requerimento superveniente a instituição da empresa;

4.7.1.6.3.1. Documento a ser apresentado: alvará válido ou requerimento inicial, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.

4.7.1.6.4. Situação: funcionamento decorrente de decreto judicial;

4.7.1.6.4.1. Documento a ser apresentado: decreto judicial válido.

4.7.1.7. Em caso de **cooperativas**, conforme o item 10.5, letras 'a' a 'f', do Anexo VII-A, da IN SLTI/MPOG nº 05/2017:

4.7.1.7.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI, do art. 4º, inciso I, do art. 21 e §§ 2º a 6º do art. 42 da Lei nº 5.764/1971;

4.7.1.8. Declaração da empresa de que não possui, como sócios, membros ou servidores da ativa do Comando da Aeronáutica, *vide* inciso V, art. 14 da Lei no 14.133/2021, utilizando o modelo dos seguinte anexos:

4.7.1.8.1. Anexo "VI" - *Declaração de Pessoa Física*; e

4.7.1.8.2. Anexo "VII" - *Declaração de Pessoa Jurídica*.

#### **4.7.2. Profissional de Saúde Autônomo (PSA):**

4.7.2.1. Prova de registro ou inscrição no Conselho de Classe respectivo;

4.7.2.2. A comprovação da Especialidade será feita mediante a apresentação de título de especialidade registrado no respectivo Conselho Regional;

4.7.2.3. Alvará de localização e funcionamento válido expedido em seu nome no endereço onde se propõe a prestar o serviço, salvo se o estabelecimento já o tiver, quando este deverá ser apresentado;

4.7.2.4. Alvará de autorização sanitária válido, expedido em seu nome, no endereço onde se propõe a prestar o serviço, salvo se o estabelecimento já o tiver, quando este deverá ser apresentado;

4.7.2.5. O credenciamento do PSA poderá observar as seguintes situações quanto ao alvará de autorização sanitária:

4.7.2.5.1. Situação: Alvará de autorização sanitária vencido;

4.7.2.5.1.1. Documento a ser apresentado: alvará vencido, acompanhado de requerimento em tempo hábil (120 dias antes do término de sua vigência) e comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.

4.7.2.5.2. Situação: requerimento de renovação a destempo (para além dos 120 dias);

4.7.2.5.2.1. Documento a ser apresentado: alvará de autorização sanitária válido.

4.7.2.5.3. Situação: requerimento superveniente à instituição da empresa;

4.7.2.5.3.1. Documento a ser apresentado: alvará válido ou requerimento inicial, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.

4.7.2.5.4. Situação: funcionamento decorrente de decreto judicial;

4.7.2.5.4.1. Documento a ser apresentado: decreto judicial válido.

4.8. Os Profissionais de Saúde Autônomos serão credenciados nas respectivas especialidades comprovadas.

4.9. Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal – Anexo IV.

4.10. Verificação, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, quanto ao eventual descumprimento das condições de participação, especialmente, quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**4.10.1.** SICAF;

**4.10.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

**4.10.3.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));



**4.10.4.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da OCS/PSA e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**4.10.5.** Constatada a existência de sanção, a Comissão reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

4.11. Os interessados que preencherem os requisitos acima, no que lhes for aplicável, serão considerados aptos para o credenciamento.

4.12. Caso as cópias sejam apresentadas junto com os documentos originais, o agente administrativo responsável pelo seu recebimento poderá atestar a autenticidade da cópia na forma do **artigo 3º, III, da Lei nº 13.726, de 08 de outubro de 2018.**

4.13. O credenciante poderá, até a assinatura do contrato, inabilitar a Organização Civil de Saúde ou o Profissional de Saúde Autônomo, por despacho fundamentado, se tiver informação abalizada de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior à fase de habilitação, que desabone a qualificação técnica, habilitação jurídica ou regularidade fiscal daquela entidade ou prestador de serviço.

4.14. Após julgada e habilitada a proponente, serão credenciados todos os serviços ofertados em sua proposta. A inclusão de novos serviços deverá ser formalizada através de nova Carta Proposta (Anexo I) que será submetida à análise crítica para posterior aceite do Hospital de Aeronáutica.

4.15. O GAP-MN, condiciona o credenciamento, à realização de inspeção prévia das instalações, equipamentos, condições de atendimento, higiene e capacidade técnico operativa, mediante parecer emitido pelo perito médico, sendo oferecido o direito de contraditório e ampla defesa.

4.16. A Comissão de Contratação e/ou Controle Interno, reserva-se o direito de solicitar, em qualquer tempo, no curso do processo, quaisquer esclarecimentos sobre os documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

4.17. Constatada a existência de sanção, a Comissão reportará ao interessado inabilitado, por falta de condição de participação.

4.18. A qualquer tempo, o credenciante poderá verificar a manutenção dos requisitos habilitatórios exigidos no Edital.

4.19. Anualmente, o credenciante deverá verificar a continuidade dos cumprimentos dos requisitos de habilitação exigidos no Edital.

## **5. DOS RECURSOS FINANCEIROS.**

5.1. Os recursos previstos para os pagamentos dos atendimentos decorrentes deste Edital serão os seguintes:

**5.1.1.** O valor total estimado do credenciamento será de R\$ 9.000.000,00 (Nove Milhões de Reais) por ano. Os pagamentos pelos serviços prestados, conforme os credenciamentos realizados a partir deste processo, serão efetuados com recursos destinados ao Hospital de Aeronáutica de Manaus (HAMN), no âmbito do Programa 2108 – Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa, Ação Orçamentária 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes. As fontes de recurso correspondem aos códigos 0100000000, 0250120069, 0280120320, 0250120350 e 0250120550, com as seguintes naturezas de despesa: – 3.3.90.39.00 para Organizações Civis de Saúde (Pessoa Jurídica); – 3.3.90.36.00 para Profissionais de Saúde Autônomos (Pessoa Física)

## **6. DO CONTRATO E SUAS ALTERAÇÕES.**

6.1. O credenciamento será formalizado por intermédio de instrumento contratual, presentes as cláusulas obrigatórias estabelecidas pelo art. 92 da Lei 14.133, de 2021.

6.2. Os habilitados serão convocados no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data de apresentação das Cartas-Proposta ou dos Requerimentos para Credenciamento, para assinarem os respectivos contratos, em obediência às prescrições do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração Pública Federal.

6.3. Os contratos celebrados a partir do presente Edital terão sua **vigência limitada em 120 (cento e vinte) meses de sua assinatura (ou da publicação do Edital)**, não cabendo prorrogação, na forma do art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021. Após tal prazo deverá ser providenciado novo instrumento contratual.

6.4. Os contratos poderão ser alterados, para incluir ou excluir serviços, insumos ou medicamentos no objeto do credenciamento, bem como alterar parâmetros de remuneração e de preços do Anexo XIX deste Edital, de remuneração dos serviços e de preços dos insumos e medicamentos, ou modificar quaisquer condições de prestação dos serviços com a devida motivação, nos casos previstos no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. Incumbirá ao credenciante providenciar a publicação do ato que autoriza a Inexigibilidade de Licitação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, bem como do contrato e seus aditamentos no prazo de 10 (dez) dias contados da data de sua assinatura, conforme previsto no art. 72 parágrafo único e no art. 94, II da Lei nº 14.133, de 2021.

## **7. DO REGIME DE EXECUÇÃO.**

7.1. As condições de execução dos serviços constam dos contratos, observadas as regras gerais abaixo registradas.

7.2. Os beneficiários do FUNSA e seus dependentes diretos deverão ser encaminhados por **GAB** (Guia de Apresentação do Beneficiário, Apêndice I do TR) ou **GEAM** (Guia de Encaminhamento para a Assistência Médico-Hospitalar, Apêndice III do TR), e nos **CASOS EXCEPCIONAIS**, por meio de **OFÍCIO ASSINADO** (nos casos de paciente não cadastrado no Sistema Informatizado da Saúde Complementar, assistência por ordem judicial, após licenciamento por término de tempo de serviço amparado por Junta de Saúde, por problemas técnicos, manutenção do SISAUC ou gerado por queda de energia).

Na Guia ou Ofício constará os dados do beneficiário, do procedimento a ser realizado e do prestador do serviço credenciado, deverá estar assinada manual ou digital, pela autoridade competente (Diretor do HAMN ou por oficial, a quem foi delegado competência) e do paciente ou responsável. A Guia de Encaminhamento será identificada da seguinte forma:

7.2.1 O beneficiário do FUNSA deverá portar a Guia/ou Ofício, assinada(o), com o pedido médico e sua carteira de identidade militar ou, caso não possua, outro documento de identificação próprio (carteira de identidade, certidão de nascimento ou outro documento que o identifique).

7.2.1.1 Na apresentação de conta, o ofício original utilizado em substituição à GAB, deverá retornar ao FUNSA, anexo à fatura.

7.2.2 O beneficiário deverá reconhecer e certificar, obrigatoriamente, DECLARAR, no documento de Encaminhamento, que o(s) procedimento(s) nele discriminado(s) foi(ram) realizados, com aposição de sua assinatura.

7.3. No corpo da **Guia/ou Ofício** constará a discriminação do procedimento com os códigos (na tabela acordada) e observações necessárias.

**7.3.1.** O credenciado deverá obter a assinatura do beneficiário, e também verificar a validade da mesma, sendo ela de 60 dias (contados a partir da impressão), sendo que no caso **de procedimentos e exames de ALTO CUSTO, o prazo poderá ser estendido por mais 30 dias, efetivado de forma manual.**

7.4. O encaminhamento por **GEAM** é exclusivo para beneficiários da AMH, que não são contribuintes do FUNSA, portanto, devendo estes efetuarem o pagamento ao credenciado integralmente o valor do procedimento ou consulta, conforme a tabela acordada. Na guia, **constará a observação** que O RESPONSÁVEL DEVERÁ PAGAR ao credenciado 100% (cem por cento) no ato da execução.

7.4.1 São considerados beneficiários exclusivos da AMH, desde que assim instituídos regularmente na base de dados do Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal (SIGPES) ou em processo de regularização, na data da publicação da Lei nº 13.954/2019, que vivam sob a dependência econômica do militar e sob o mesmo teto, e assim tenham sido declarados pelo militar na organização militar competente, conforme item 6.1 da NSCA 160-5 de 2022.

7.5. Nos casos de EMERGÊNCIA OU DE COMPROVADA URGÊNCIA, o atendimento será imediato, sem necessidade de apresentação de Guia de Encaminhamento, mediante a identificação do beneficiário socorrido, na forma expressa no subitem 7.2 do Edital. Entretanto, o referido beneficiário ou o seu responsável deverá comunicar ao credenciante a internação e as causas da urgência/emergência, no prazo de 2 (dois) dias úteis. Caso o prazo ultrapasse os 2 (dois) dias úteis, os gastos contraídos pelo beneficiário serão inteiramente de responsabilidade deste e devem ser acertados diretamente com o credenciado, sem nenhum ônus ao FUNSA;

**7.5.1.** O FUNSA não se responsabilizará ou ressarcirá as despesas, caso não seja comprovada a urgência e (ou) a emergência.

**7.5.2.** O atendimento no caso de emergência ou comprovada urgência será coberto por uma guia de encaminhamento única, emitida pessoalmente ao Serviço de Pronto-Socorro, que abarque o atendimento que tenha sido dispensado ao beneficiário, ainda que tal atendimento envolva equipe multidisciplinar.

7.6. O credenciado, no caso de EMERGÊNCIA ou de COMPROVADA URGÊNCIA, deverá solicitar a autorização por e-mail para o FUNSA/HAMN, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas), a contar da data do atendimento (independentemente da comunicação do beneficiário), fornecendo todos os elementos necessários para que seja comprovada a urgência e/ou emergência do atendimento. Caso ultrapasse o prazo de 48h (quarenta e oito horas), os gastos contraídos serão inteiramente de responsabilidade de quem foi atendido, e este deverá efetuar o pagamento diretamente ao credenciado, sem nenhum ônus ao FUNSA;

7.6.1 Caberá ao prestador de serviços credenciado, identificar adequadamente o beneficiário do SISAU; e

7.6.2 Após autorização do FUNSA, deverá ser realizada a validação do beneficiário. Em seguida, imprimir a **GAB** liberada e coletar a assinatura do beneficiário ou responsável.

7.7. São passíveis de Glosa os atendimentos nesta modalidade, cujas faturas enviadas ao FUNSA/HAMN:

7.7.1 Sem impressão da Guia de GAB;

7.7.2 Sem assinatura do beneficiário ou responsável;

7.7.3 Fora do período de validade (60 dias) a contar da data de emissão(impressão), nos casos eletivos; e

7.7.4 Itens extras, que porventura foram realizados pelo credenciado e não constantes nas GABs, portanto, não estando autorizados. Caso o credenciado acredite ser necessário a realização de outro procedimento não constante na GAB, ou tenha dúvidas quanto à descrição, deverá entrar em contato através do e-mail: [auditoriafunsa@gmail.com](mailto:auditoriafunsa@gmail.com) , solicitando esclarecimentos e/ou autorizações.

7.8. Qualquer material, equipamento, dieta e outro produto nutricional ou medicamento utilizado por parte do credenciado no atendimento ao paciente, inclusive sangue e seus componentes, será providenciado, cobertos estes custos por conta do mesmo, com observância das regras postas neste Edital, em seus anexos e no contrato.

**7.8.1.** O justo valor do uso desses materiais e afins será incluído, mediante apresentação de nota fiscal, ao final do tratamento, na conta do paciente, e submetido à Seção de Auditoria de Contas Médicas do credenciante.

**7.8.2.** O credenciante poderá fornecer medicamentos, materiais de penso, órteses, próteses, materiais cirúrgicos especiais (reutilizáveis), dietas e outros produtos nutricionais e materiais de alto custo e outros que julgar necessários para a execução do contrato, respeitado o protocolo de tratamento do credenciado.

7.9. Nos contratos cujo objeto refere-se aos tratamentos de fonoaudiologia, de fisioterapia e de terapia ocupacional deve-se respeitar ao quantitativo de sessões/mês e por ano, conforme estabelecem os itens 29 a 34 do Anexo “A” do MCA 160-5/2021.

## Edital de Credenciamento 001/2025

7.10. Nos contratos cuja especialidade seja psicoterapia, limita-se a 1 (uma) sessão em um período de 30 (trinta) dias, podendo, em casos excepcionais, ser autorizada a realização de 2 (duas) sessões no mesmo período, mediante justificativa formalizada do profissional prestador do serviço, desde que homologada por médico militar, bem como o número máximo de 24 (vinte e quatro) sessões dentro de cada área, para total do tratamento, conforme estabelece o item 32 do Anexo “A” do MCA 160-5/2021.

7.11. O credenciado é responsável pelos encargos trabalhista, fiscal, previdenciário e comercial resultantes da execução do contrato.

7.12. Nos casos de consultas, o credenciado deverá considerar o prazo de 30 (trinta) dias para os casos de retorno de consultas ambulatoriais.

7.13. Nos casos de internação clínica, os honorários médicos serão pagos por dia de internação, equivalentes a uma visita hospitalar diária. Havendo necessidade de mais de uma visita por dia, **deverá ser escrito relatório detalhado com justificativa e encaminhado ao credenciante**, para autorização. Havendo necessidade do parecer de profissional de outra especialidade, o médico assistente deve solicitar e justificar no prontuário, a avaliação e parecer, e/ou acompanhamento do especialista, o qual será autorizado com código próprio para parecer médico.

7.13.1 Para comprovar o total de diárias autorizadas, todas as GABs deverão ser anexadas à fatura hospitalar, por ocasião de sua apresentação.

7.13.2 O número de diárias de internação deverá ser compatível com o procedimento a ser realizado, com o quadro clínico do beneficiário e com a solicitação médica.

7.13.3 No caso de prorrogação do tempo de internação, além do período de 10 dias, iniciais autorizado por **GAB ou Office de Apresentação**, caberá ao credenciado solicitar a prorrogação ao [FUNSA\(auditoriafunsa@gmail.com\)](mailto:FUNSA(auditoriafunsa@gmail.com)), **perfazendo um período composto de 10 dias**, emitida pelo médico assistente, preferencialmente com antecedência ao vencimento da diária autorizada. O Auditor dará retorno, especificando a quantidade de diárias autorizadas na prorrogação, ficando a critério dos auditores do FUNSA/HAMN, a concessão ou não de tais pedidos.

7.13.4 No caso da não concordância da prorrogação fica o HAMN responsável pela imediata transferência ou alta hospitalar do beneficiário, sendo considerada prorrogada a internação até a efetiva saída do beneficiário.

7.14. No caso de INEXISTÊNCIA DE VAGA na acomodação autorizada, o Beneficiário será internado em acomodação disponível e compatível com seu quadro clínico, até que seja transferido para acomodação compatível com a autorização. Nestes casos, não caberão quaisquer ônus de diferença de preços daquele período para o credenciante.

7.15. Nos casos de PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS, a solicitação deverá ser procedida através do e-mail: [auditoriafunsa@gmail.com](mailto:auditoriafunsa@gmail.com), onde o credenciante deverá anexar:

7.15.1 A solicitação médica do procedimento, com relatório médico justificando a realização do procedimento.

7.15.2 O relatório médico deve ser claro, com letra legível, sem rasuras e com todas as informações pertinentes e solicitadas, além das seguintes informações: nome completo do beneficiário; se o procedimento é eletivo ou urgência; o regime de internação; quantas diárias de internação;

o tipo de acomodação: apartamento, enfermaria ou UTI; indicação clínica; o CID 10; a quantidade do procedimento com código TUSS e sua descrição; datado, assinado e carimbado, com o nome do médico e inscrição do CRM (Conselho Regional de Medicina).

7.15.3 Laudos e exames correspondentes ao diagnóstico, com data de realização de no máximo 6 meses;

7.15.4 Se houver necessidade de uso de OPME, deverá ser informado por meio de e-mail a justificativa médica para sua utilização, observando as condições estabelecidas neste Edital (eletivo ou urgência/emergência);

7.16. Nos casos em que o beneficiário permanecer internado após a cirurgia, o credenciado deverá solicitar por e-mail a autorização, informando a quantidade de dias de internações necessárias e pertinentes.

7.17. Quando o beneficiário não necessitar permanecer internado ou pernoitar, o credenciado deverá solicitar, por meio de e-mail, uma GAB para 01 (uma) diária de Hospital Dia, anexando as informações e documentos pertinentes. Esta modalidade de internação é aplicável aos casos em que a permanência se restringe a algumas horas ou à observação no pós-operatório, com duração mínima de 3 horas e máxima de 12 horas.

7.18. Nos casos de alta hospitalar após a realização do procedimento, o beneficiário poderá permanecer em repouso na sala de recuperação pós-anestésica (SRPA) por até 3 (três) horas. O credenciado deverá solicitar GAB para procedimento em regime de “Taxa Externa”, sendo o honorário médico remunerado pelo credenciante. Este deverá solicitar em GAB, 1(uma) diária de Hospital-Dia independente da acomodação, no e-mail procederá a transcrever as informações e documentações necessárias.

7.19. Nos casos dos Serviços de Apoio à Diagnóstico e Terapia, será encaminhada, por meio de Guia ou Ofício de Apresentação, a solicitação para o atendimento de serviços profissionais ou de apoio ao diagnóstico e terapia.

7.20. Em casos específicos o credenciado poderá solicitar autorização prévia para realização destes serviços por meio do e-mail: [auditoriafunsa@gmail.com](mailto:auditoriafunsa@gmail.com) , devendo anexar: Solicitação médica com a indicação clínica e justificativa do exame, datada, assinada e carimbada pelo médico assistente. O carimbo deve informar o nome do médico e o número do Conselho de Medicina.

7.21. Nos procedimentos seriados, com mais de um atendimento em uma única GAB de SP/SADT (Solicitação de Procedimento/Serviço de Apoio Diagnóstico Terapêutico), por exemplo, nas sessões de hemodiálise, o credenciado deverá preencher, no campo específico da Guia, a data da realização do procedimento e coletar a assinatura do beneficiário ou responsável após cada atendimento/sessão realizado.

7.22. Quando realizados exames em duas ou mais regiões diferentes, remunera-se o custo operacional do exame principal ou de maior porte em 100% do valor previsto nesta Classificação, e em 70% do valor do custo de cada um dos demais exames realizados.

7.23. Nos casos das Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPMEs):

**7.23.1.** Os OPMEs serão remunerados se forem necessários ao Ato Cirúrgico, item 7.19, sua utilização ou remoção foram necessárias para a realização do ato cirúrgico.

**7.23.2.** Os OPMEs serão remunerados, desde que estejam regularizados e/ou registrados e suas indicações constem da bula/manual devidamente registrado na ANVISA.



**7.25.** Não possuem cobertura ou estão excluídos deste instrumento, os tratamentos experimentais, de acordo com o art. 10, inciso I, da Lei 9.656/1998. A Resolução Normativa nº 465, de 24.02.2021 considera-se tratamento experimental, aquele que:

7.25.1 Emprega medicamentos, produtos para a saúde ou técnicas não registrados ou não regularizados no país;

7.25.2 Os Considerados experimentais pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO) ou pelo Conselho Federal do profissional de saúde responsável pela realização do procedimento; ou

7.25.3 Faz uso off-label de medicamentos, produtos para a saúde ou tecnologia em saúde, ressalvado o disposto no art. 24 desta RNI;

**7.26.** Não têm cobertura obrigatória pelo FUNSA, a utilização de OPME e quaisquer dispositivos médicos que não possuem as indicações descritas na bula/manual registrado na ANVISA, ou disponibilizado pelo fabricante, ou seja, uso off-label;

**7.27.** Quando o credenciado necessitar solicitar OPMEs, esta deverá enviar e-mail ao seguinte endereço: [auditoriafunsa@gmail.com](mailto:auditoriafunsa@gmail.com) , anexando a solicitação do procedimento, a solicitação médica das OPMEs, contendo as especificações técnicas pertinentes do material, bem como os quantitativos necessários.

**7.28.** As OPMEs, quando necessárias para a realização de procedimentos cirúrgicos, eletivos ou de urgência/emergência, nos beneficiários do FUNSA, serão fornecidas, exclusivamente, pelo credenciado.

**7.29.** A autorização de OPME de uso excedente e nos casos de urgência/emergência, deve ser encaminhada, posteriormente, respeitando o prazo de 24h (vinte e quatro horas) ou o próximo dia útil, a contar da data da realização do procedimento. O credenciado enviará o pedido por e-mail ao FUNSA, anexando a solicitação de autorização, um relatório médico com justificativa do uso das OPMEs, cópia da descrição cirúrgica e mais informativos (Nota Fiscal e os invólucros), **condicionado a apresentação de 3 (três) orçamentos de fornecedores do respectivo material**, com o valor total da compra da(s) OPME(s) constante na Nota fiscal.

**7.30.** Fica expressamente restrito ao FUNSA a escolha dos fornecedores de OPME, cabendo ao credenciado apresentar as especificações e características técnicas e detalhadas da OPME a ser utilizada.

**7.31.** O credenciado se responsabilizará pela compra das OPMEs, devendo esta enviar por e-mail ao FUNSA as cotações de OPMEs (Três cotações de fornecedores com CNPJ diferente), obrigando-se também pelo cumprimento dos prazos, bem como pela integridade física e biológica dos materiais.

**7.32.** O custo operacional de OPME, relacionado ao seu fornecimento pelo credenciado, destinado a cobrir os custos administrativos, bem como o armazenamento, dispensação, esterilização e manuseio das OPMEs, será remunerado pelo FUNSA, de acordo com o Anexo XX.

**7.33.** Todas as OPMEs utilizadas devem ser registradas, pelo profissional executante, na descrição cirúrgica contida no prontuário do beneficiário, devendo ser especificada a descrição, quantidade e características da OPME utilizada.



**7.34.** Na INDICAÇÃO DE EXAME DE IMAGEM, em que o procedimento possui indicação de imagem para controle da utilização da OPME, este, obrigatoriamente, deverá ser anexado ao prontuário do paciente, a fim de comprovar a efetiva utilização da OPME no ato cirúrgico. Nos casos em que não houver indicação de exames de imagem que comprovem a utilização da OPME, o cirurgião deverá registrar, detalhadamente, na descrição cirúrgica, a OPME utilizada.

**7.35.** Em princípio, os serviços contratados serão prestados diretamente por profissional do próprio credenciado. Equipara-se a esse profissional, a empresa, o grupo, a sociedade ou conglomerado de profissionais que prestem serviço em caráter regular ao credenciado, desde que não tenham credenciamento próprio.

**7.36.** O credenciante poderá fornecer medicamentos, materiais de penso, órteses, próteses, materiais cirúrgicos especiais (reutilizáveis), dietas e outros produtos nutricionais e materiais de alto custo e outros que julgar necessários para a execução do contrato, respeitado o protocolo de tratamento do credenciado.

**7.37.** Eventual peculiaridade na execução do serviço de hemodiálise ou similar em pacientes internados na Unidade de Terapia Intensiva deverá observar as disposições do Termo de Referência.

**7.38.** A execução e controle dos serviços contratados serão avaliados pelo credenciante, mediante supervisão direta ou indireta dos procedimentos realizados.

7.38.1 Nos casos de tratamentos prolongados, as contas deverão ser encerradas e apresentadas a cada 10 (dez) dias. Nesses casos, deve ser emitida nova Guia de Encaminhamento, com as devidas comprovações para a necessidade de prorrogação de internações.

**7.39.** É vedado ao credenciado exigir que o usuário assine fatura ou guia de atendimento ou quaisquer papéis em branco.

## **8. DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.**

**8.1.** Os serviços serão remunerados com base nos seguintes valores:

**8.1.1** Para diárias, taxas, materiais, dietas, contrastes e pacotes de serviços serão adotados os valores constantes da tabela CBHPM 2012 e do Anexo XX, respectivamente, deste Edital.

**8.1.1.1** A qualquer momento, desde que acordado pelas partes, poderão ser estabelecidos novos pacotes de prestação de serviços com a condição de que os valores individuais dos itens incluídos em cada pacote correspondam aos valores estabelecidos neste Edital e seus anexos.

8.1.1.1.1 Caso seja estabelecido um novo pacote, este será automaticamente estendido aos demais credenciados.

**8.1.2** Para consultas médicas eletivas ou em pronto atendimento, será fixado o valor de R\$ 95,00 (Noventa e Cinco Reais).

**8.1.3** Para honorários de procedimentos médicos, classificados nos capítulos 1, 2 e 3 da tabela CBHPM, será adotada a tabela CBHPM 2012, e o valor de UCO de R\$ 14,33 (Quatorze Reais, e Trinta e Três Centavos).

**8.1.4** Para Serviços Médicos e SADT (Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Terapia): Os valores dos portes dos honorários médicos serão remunerados de acordo com a CBHPM 2012 plena. Para os procedimentos não constantes na tabela CBHPM 2012, será aplicado a

CBHPM imediatamente superior e persistindo a situação, suas atualizações sequenciais até a CBHPM 2022 aplicando as regras de valoração da CBHPM 2012.

8.1.5 O valor do FILME RADIOLÓGICO será de **R\$ 25,79 (Vinte e Cinco Reais e Setenta e Nove Centavos) o m²**, de acordo com o Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem.

**8.1.5.1** O valor da UNIDADE DO CUSTO OPERACIONAL (UCO) será de **R\$ 14,33 (Quatorze Reais e Trinta e Três Centavos)**, de acordo com o Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem.

8.1.6 Os serviços de fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, terapia ocupacional e nutrição serão remunerados conforme a tabela constante do Anexo XX.

**8.1.6.1** Para a avaliação inicial e posterior Sessão de Fonoterapia em pacientes internados será pago R\$ 30,00 (Trinta Reais).

8.2 Constam dos anexos contratuais deste Edital, regras especiais de remuneração, conforme o serviço ou especialidade. Não será permitida a cobrança de quaisquer outras taxas ou depósitos além dos constantes nestas tabelas.

8.3 A Diária Hospitalar inclui assistência de enfermagem, serviço de camareira, copeira, serviços gerais, alojamento e alimentação do paciente e será paga conforme os valores e orientações constantes da Lista Referencial de Procedimentos Hospitalares, vide Anexo XX.

8.3.1 A diária do acompanhante, será cobrada conforme pacote acordado no mesmo Anexo de Diária Hospitalar - Anexo XX.

8.4 A diária do Centro de Terapia Intensiva (CTI) será paga conforme os valores e orientações constantes da Lista Referencial de Procedimentos Hospitalares, vide Anexo XIX, incluindo a utilização de aparelhagens, equipe técnica e exames de monitorização.

8.4.1. Os serviços de médicos plantonistas serão remunerados pelo valor previsto na Tabela Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos, CBHPM 2012, por paciente por 24 (vinte e quatro) horas;

8.4.2 No valor previsto no subitem acima incluir-se-a todo e qualquer serviço profissional, prestado por parte do plantonista, durante a permanência do paciente no CTI;

8.4.3. Excluir-se-á do valor da diária do CTI, os exames complementares, sangue e derivados, curativos especiais, gases, materiais, medicações, respirador de volume, máquina de hemodiálise, intercorrências cirúrgicas e honorários médicos.

8.5. Quando se tratar de taxas, órteses, próteses, materiais cirúrgicos especiais (reutilizáveis), procedimentos radiológicos contrastados, dietas e outros produtos nutricionais e curativos especiais, serão observados os valores e as instruções constantes da Lista Referencial de Preços, Anexo XX.

8.6 Constam dos anexos deste Edital, regras especiais de remuneração, conforme o serviço ou especialidade, cujo justo valor será encontrado da seguinte forma:

8.6.1 Medicamentos: terão como preços admitidos os valores publicados e atualizados no Guia Farmacêutico BRASÍNDICE, correspondente ao período do atendimento. Para os medicamentos de uso comum e de uso restrito hospitalar os valores publicados na coluna PF

(Preço de Fábrica) serão acrescidos de taxa administrativa de 20%, observando o percentual de ICMS da região. O credenciante pagará o preço do medicamento efetivamente utilizado, devendo ser dada prioridade ao uso de GENÉRICOS quando existentes no mercado, exceto quando houver justificativa médica para indicação de medicação similar ou patenteada. Para os medicamentos não constantes no Guia BRASÍNDICE, os credenciados deverão submeter a auditoria prévia e após autorizados, serão pagos no valor constante da Nota Fiscal acrescido de 25% de taxa administrativa (*O uso de tais medidas deve-se à imposição do valor praticado na Região Norte*).

8.6.1.1 Medicamentos líquidos, soluções, gotas, colírios, pomadas, deverão ser cobrados fracionados conforme prescrição médica. Quando os medicamentos possuírem custo ACIMA DE R\$ 500,00 (Quinhentos Reais), será necessária autorização prévia para o seu uso. Nos casos de urgências ou emergências devidamente comprovadas, não haverá necessidade dessa autorização, porém o uso do medicamento deve ser informado nas primeiras 48h (quarenta e oito horas), a contar do primeiro dia útil subsequente ao evento e a caracterização do quadro de urgência ou emergência, podendo o paciente ser alvo de auditoria *in loco*. O credenciado deverá informar na fatura a especificação da marca do medicamento utilizado e cobrado, juntamente com a codificação TUSS (Tabela Unificada de Saúde Suplementar), para efetivação do pagamento.

8.6.1.1.1 O FUNSA não se responsabilizará ou ressarcirá as despesas dos medicamentos usados nos casos de urgência ou emergência, quando não for respeitado o prazo de 48h para comunicação, conforme orientação acima.

#### 8.6.2 Para os Serviços de ONCOLOGIA:

8.6.2.1 Para medicamentos de uso restrito hospitalar ou não, fica estabelecido o PF (Preço de Fábrica), acrescido a taxa administrativa de 20% da tabela BRASÍNDICE, vigente na ocasião do atendimento. Ressalta-se que os QUIMIOTERÁPICOS deverão ser cobrados fracionados, conforme prescrição médica de utilização dos protocolos. Nos casos em que o medicamento custar acima de R\$ 500,00 (Quinhentos Reais), será necessária autorização prévia para o seu uso. O credenciado deverá informar na fatura a especificação da marca do medicamento utilizado e cobrado, juntamente com a codificação TUSS (Tabela Unificada de Saúde Suplementar). Para a efetivação do pagamento deverá apresentar junto ao faturamento a GAB assinada pelo beneficiário ou responsável, orçamento e prescrição, anexos da própria conta do paciente.

8.6.2.2 O SERVIÇO DE ONCOLOGIA deverá ter **equipe multiprofissional** composta por profissionais especializados, disponíveis para atendimento ambulatorial e de internação.

8.6.2.3 Fica definido, conforme a ANVISA, o fracionamento do medicamento. O faturamento dos medicamentos será proporcional à quantidade fracionada utilizada.

8.6.2.4 O FUNSA/HAMN autorizará o pagamento do medicamento efetivamente utilizado, devendo ser dada prioridade ao USO DE GENÉRICOS quando existentes no mercado, exceto quando houver justificativa médica para indicação de medicação similar ou patenteada.

8.6.3 Para Dietas, deverá ser administrada conforme prescrição médica e avaliação terapêutica periódica da nutricionista com protocolos norteados pelos protocolos mundiais de terapia nutricional. As DIETAS ENTERAIS (Nutrição Enteral — NE, Nutrições Parenterais -NPP, Gastrostomia, Jejunostomia e Ileostomia) não estão inclusas em diária hospitalar, serão pagas em conformidade com o valor de nota fiscal acrescido da margem de comercialização de 25% desde que o credenciado apresente evidências de utilização (etiquetas de NE—NPP assim como etiquetas de seus respectivos equipos de Bombas de Infusão deverão estar anexadas em prontuário).

8.6.4 Para Materiais médico-cirúrgicos e descartáveis, Materiais de Consumo hospitalar, serão utilizados os valores constantes na Revista SIMPRO com margem de comercialização do PF (Preço de Fábrica) + 10%, vigentes à data de atendimento. Na ausência de referência das tabelas informadas, o pagamento estará condicionado a auditoria prévia e após autorizados, serão pagos no valor constante da nota fiscal ao credenciado, acrescidos de taxa administrativa de até 20%. Em caso de material com valor acima de R\$ 500,00 (quinhentos reais), será necessária autorização prévia para o seu uso. NOS CASOS DE URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS devidamente comprovadas, não haverá necessidade dessa autorização, porém o uso do material deve ser informado nas primeiras 48h (quarenta e oito horas), a contar do primeiro dia útil subsequente ao evento e a caracterização do quadro de urgência, pode ser alvo de auditoria *in loco*. O credenciado **deverá** informar na fatura a especificação da marca do descartável utilizado e cobrado, juntamente com a codificação TUSS (Tabela Unificada de Saúde Suplementar), para efetivação do pagamento.

8.6.5 Os valores a serem praticados para remuneração de materiais e medicamentos conforme tabelas referenciadas neste documento (SIMPRO e BRASÍNDICE) poderão sofrer alterações mediante a Agência Nacional de Saúde (ANS) ou Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) conforme Resoluções e Normativas. Vale ressaltar que a revista SIMPRO pode sofrer variação de valores semanalmente e o Guia Farmacêutico BRASÍNDICE quinzenalmente, ambos em determinados itens.

8.6.6 Órtese, Prótese e Materiais Especiais (OPME): os destinados aos procedimentos eletivos serão ressarcidos conforme valor previamente autorizado, acrescido do custo operacional de 20%, condicionado a apresentação de 03 (três) orçamentos de fornecedores do respectivo material, com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência a utilização, que serão submetidos a auditoria prévia do FUNSA, prevalecendo o de menor valor. Após autorizados, serão pagos no valor da nota fiscal ao credenciado. Nos casos de OPMEs sem autorização e precificação prévia será considerado, quando autorizado,

conforme item 7.33 deste edital, pela Auditoria do HAMN, como referência o valor apresentado pelo fornecedor em nota fiscal acrescido do custo operacional de 10%, desde que não seja superior ao valor de mercado local, referenciado em compras recentes de processos previamente autorizados para os mesmos itens, ou ainda ao valor obtido na SIMPRO Preço de Fábrica (PF), referente ao respectivo tempo do atendimento.

8.6.7 Para os Serviços Laboratoriais em Análises Clínicas, os valores dos Portes dos Honorários Médicos e para o UCO será empregada a tabela CBHPM 2012 plena. Para os procedimentos não constantes na tabela CBHPM 2012, será aplicado a CBHPM imediatamente superior e persistindo a situação, suas atualizações sequenciais até a CBHPM 2022, aplicando as regras de valoração da CBHPM 2012.

8.6.8 Para os Procedimentos e Taxas Hospitalares que, **eventualmente não constem nas Tabelas**, estes poderão ser apresentados isoladamente pelos credenciados para avaliação da Diretoria do HAMN que, caso julgue necessário, poderá consultar a Diretoria de Saúde da Aeronáutica(DIRSA) para consolidar a decisão do aceite.

8.6.9 Os Serviços Terapêuticos a todos os beneficiários, em especial os pacientes do Grupo de Atendimento, Avaliação de Pacientes Especiais (GAAPE), serão prestados conforme as disposições abaixo e terão seus valores cobrados com base CBHPM 2012 plena.

8.6.10 Os Portes Anestésicos serão pagos conforme a tabela CBHPM 2012 plena.

8.6.11 O valor do EQUIPO DE BOMBA DE INFUSÃO para medicações endovenosas e/ou Nutrições enterais e parenterais de qualquer fabricante, terá valor fixado em de R\$ 700,00 (setecentos reais).

8.7 Deverá constar na nota fiscal a identificação do nome do paciente, o nome completo do profissional responsável (médico ou outro), bem como a data da realização da consulta ou procedimento.

8.8 É vedado ao credenciado cobrar diretamente do beneficiário do FUNSA qualquer importância a título de taxas, honorários ou serviços prestados, inclusive depósitos prévios, além dos constantes das tabelas acima pactuadas, salvo o direito do beneficiário do FUNSA de optar por melhoria de padrão de acomodação hospitalar para si ou para seus dependentes, quando internados em OCS.

8.8.1 Neste caso, a diferença de honorários médicos e de despesas hospitalares referentes a esta opção será paga, integralmente, pelo titular junto ao prestador;

8.8.2 Ao fazer esta opção, o beneficiário deverá assinar, em conjunto com o responsável pela OCS, o Termo de Ajuste Prévio, tanto referente à melhoria do padrão de acomodação, quanto com o médico assistente, que também assinará o termo.

8.9 O procedimento de aferição das FATURAS dar-se-á da seguinte forma:

8.9.1 O faturamento das despesas deverá ser encaminhado ao FUNSA/HAMN até o 10º (décimo) dia do mês subsequente, em envelope lacrado com a(s) fatura(s).

8.9.1.1 Somente serão aceitas faturas com as Guias/Ofícios de Apresentação originais, **devidamente assinadas e no prazo.**

8.9.2 As faturas serão auditadas e verificadas eventuais inconformidades e valores, parcial ou totalmente glosados, serão informados ao credenciado, no prazo de 30 (trinta) dias, com as razões das glosas efetuadas, discriminando o item e o valor destas, através do Relatório de Glosas;

8.9.2.1 O credenciado deverá notificar o recebimento do Relatório de Glosas, por meio do correio eletrônico, podendo ser enviado o relatório fisicamente, caso seja necessário.

8.9.2.2 O recurso de glosa poderá ser apresentado em até 10 (dez) dias após o envio do Relatório de Glosa. Em caso de não haver recurso, o valor final será aquele apresentado na Auditoria preliminar. Após a autorização para emissão da Nota Fiscal não haverá nenhuma possibilidade de recurso.

8.9.2.3 O recurso será julgado em até 10 (dez) dias, do recebimento no FUNSA.

8.9.2.3.1 Procedente o Recurso de Glosa, o credenciante efetuará o pagamento. Caso contrário, o credenciante informará o resultado ao credenciado e arquivará a documentação.

8.10 A emissão da Nota Fiscal será autorizada por meio do e-mail [admfunsa@gmail.com](mailto:admfunsa@gmail.com), devendo conter em seu corpo a competência, os faturamentos envolvidos, a conta bancária do credenciado e quaisquer outras informações financeiras pertinentes.

8.11 O pagamento será precedido de consulta quanto à regularidade fiscal do credenciado.

8.12 Os pagamentos serão efetuados mediante Ordem Bancária, em favor do credenciado, na Conta Corrente, Agência e Banco informados, após a apresentação de Nota Fiscal dos serviços e auditoria das faturas devidamente discriminadas. Deverá constar no corpo das respectivas faturas o período de competência do faturamento.

8.13 A Nota Fiscal correspondente à prestação do serviço prestado deverá ser emitida em nome do Hospital de Aeronáutica de Manaus, ou do Grupamento de Apoio de Manaus, portadores, respectivamente, dos **CNPJ nº 00.394.429/0096-71, e CNPJ: 00.394.429/0188-24**, da qual deverá constar o número da Nota de Empenho correspondente e os dados bancários do credenciado, para crédito em conta corrente do valor devido, assim como a discriminação detalhada dos serviços cobrados.

8.14 O credenciante efetuará o pagamento das faturas apresentadas nas condições prescritas, no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, contado da finalização da auditoria destas e de sua protocolização no financeiro do FUNSA e após a validação do processo por meio de auditoria.

8.15 Os valores vigentes na data de atendimento serão os considerados para a quitação das faturas.

8.16 Sobre o valor devido ao credenciado, a Administração Pública Federal efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.



8.17 Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

8.19 O credenciado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.20 Toda situação anormal, que impossibilite ou prejudique o pagamento das despesas, será imediatamente informada ao credenciado.

8.21 A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas por parte do credenciado.

8.21.1 O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao credenciado será precedido de processo administrativo em que será garantido o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

8.22 É vedado ao credenciado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

8.23 Após 90 (noventa) dias, o credenciante não aceitará despesas decorrentes de GAB não apresentadas, não cabendo recurso.

8.24 A distribuição de demanda entre os credenciados será realizada prioritariamente com base na livre escolha do beneficiário, observados os requisitos técnicos, geográficos e de especialização do serviço, conforme art. 79, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. Quando a escolha direta não for possível, esta ficará a cargo da Administração.

## **9 DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS.**

9.1 Os valores previstos no corpo do Edital e em seus anexos (Listas Referenciais de Preços) poderão ser atualizados e publicados anualmente pela Administração, que justificará a manutenção ou não dos preços, vinculando os contratos então existentes a partir de sua publicação, tendo como parâmetro pesquisa de preços, que justificará a manutenção ou alteração nos termos da Instrução Normativa SGSEDGGD/ME 65/2021.

9.1.1 O critério para análise da proposta de reajuste sempre será em torno da realidade do mercado, dessa forma, o credenciado deverá comprovar que os preços propostos de fato estejam compatíveis com a realidade do setor.

9.1.2 NÃO TERÃO AMPARO, não serão entendidos como legais, ajustes automáticos de preços em função da emissão de novas tabelas no mercado, de reedições de tabelas ou revisões de qualquer espécie das tabelas praticadas.

9.2 A atualização dos valores contratados poderá refletir diminuição dos anteriormente fixados.

## **10 DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE.**



#### 10.1 O credenciado obriga-se a:

- 10.1.1 Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato;
- 10.1.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo credenciado, em decorrência de sua aceitação por meio do Termo de Adesão;
- 10.1.3 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por comissão especialmente designada, registrando no Relatório de Situação Contratual (RSC) as falhas detectadas, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 10.1.4. Processar as despesas médicas por intermédio de auditorias prévias, concorrentes e *a posteriori*, além da verificação da lisura e inspeções administrativas;
- 10.1.5. Notificar ao credenciado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 10.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços do credenciado; e
- 10.1.7. Não praticar atos de ingerência na administração do credenciado, tais como exercer o poder de mando sobre os empregados do credenciado; direcionar a contratação de pessoas para trabalhar no credenciado.

### **11 DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS.**

#### 11.1 O credenciado obriga-se a:

- 11.1.1 Indicar formalmente à Administração Pública Federal os prepostos e/ou responsáveis pela prestação dos serviços, objeto deste Edital;
- 11.1.2 Manter disponibilidade de mão de obra dentro dos padrões quantitativo e qualitativo suficientes para atender a demanda ordinária, bem como eventuais acréscimos solicitados pela Administração Pública Federal, respeitadas as disposições da legislação trabalhista vigente;
  - 11.1.2.1 Responsabilizar-se por seu corpo clínico profissional;
  - 11.1.2.2 Disponibilizar profissionais médicos especializados, que portem título de especialista (RQE. Registro de Qualificação de Especialista) devidamente inscrito no Conselho de Medicina, sendo estes profissionais especializados, legalmente habilitados pelos respectivos Conselho de Classes e capacitados à realização dos serviços especializados a que se propõem;
- 11.1.3 Arcar com o custo do fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI) para a mão de obra envolvida, sendo vedado o repasse de tal custo ao credenciante;
- 11.1.4 Efetuar a reposição da mão de obra nos serviços, em caráter imediato, em eventual ausência;
- 11.1.5 Atender de imediato as solicitações relativas à substituição de mão de obra desqualificada ou entendida por parte da Administração Pública Federal como inadequada para a prestação dos serviços;

11.1.6 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão credenciante, nos termos do art. 7º do Decreto 7.203. de 2010;

11.1.7 Instruir o preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração Pública Federal, inclusive no que se refere ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Saúde Ocupacional;

11.1.8 Relatar à Administração Pública Federal toda e qualquer irregularidade nos serviços prestados;

11.1.9 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais resultantes da execução do contrato, nos termos da legislação aplicável;

11.1.10 Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.1.11 Nomear preposto dentre os profissionais alocados na prestação dos serviços, para representação do credenciado junto ao credenciante, para controle da execução do contrato;

11.1.12 Respeitar e prestar assistência Médico-Hospitalar e demais, com base na legislação das autoridades sanitárias vigente no país; bem como às orientações das Sociedades Médicas Brasileiras de cada especialidade envolvida no processo de atendimento dos beneficiários, Conselhos Federal (CFM) e Regional de Medicina (CRM), bem como as orientações da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM);

11.1.13 Fornecer materiais e medicamentos, devidamente, registrados pela ANVISA;

11.1.14 Disponibilizar instrumentais cirúrgicos permanentes, devidamente registrados pela ANVISA, cabendo ao credenciado disponibilizar materiais descartáveis somente em casos especiais e homologados pelo FUNSA;

11.1.15 Manter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação;

11.1.16 Responder integralmente por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Termo de Contrato;

11.1.17 Informar ao FUNSA/HAMN a composição seu corpo clínico a cada início de contrato, renovação ou quando solicitado;

11.1.18 Informar imediatamente ao FUNSA/HAMN qualquer alteração em seu quadro societário, fornecendo, sempre que solicitado pelo FUNSA/HAMN, os atos constitutivos da sociedade;

11.1.19 Disponibilizar ao FUNSA/HAMN, quando solicitado, informações sobre os serviços prestados aos Beneficiários, observadas as questões éticas e o sigilo profissional;

11.1.20 Atender aos beneficiários do FUNSA, observando e cumprindo às leis, orientações técnicas, protocolos e resoluções normativas editadas pelos órgãos competentes e reguladores de saúde, tais como Ministério da Saúde, Organização Mundial de Saúde, Agência Nacional de Saúde Suplementar, Agência Nacional de Vigilância Sanitária e outros. Além de cumprir os preceitos éticos editados pelo Conselho Federal de Medicina; assumindo a responsabilidade técnica por eventuais erros e/ou desvios de conduta profissional ocorridos por ocasião dos serviços prestados;

11.1.21 Notificar o credenciante no caso de ocorrência de qualquer irregularidade na identificação do beneficiário do SISAU em que haja suspeita de fraude, fornecendo relatório com dados que permitam identificar os envolvidos;

11.1.22 NÃO SOLICITAR cheque caução ou qualquer outro tipo de pagamento aos pacientes que se identificarem devidamente como Beneficiários do FUNSA (com GABs), para os procedimentos contratados. Não poderá efetuar cobrança do Beneficiário do FUNSA nenhum valor por procedimento coberto na contratação;

11.1.23 Nos casos das **GEAM** ( Guia de Encaminhamento para a Assistência Médico-Hospitalar) onde o Beneficiário é exclusivo da AMH, este **DEVERÁ PAGAR INTEGRALMENTE 100%** (cem por cento) de suas despesas **DIRETAMENTE** à Instituição ou Profissional Credenciado, no ato da execução do procedimento.

11.1.23.1 O valor pago será faturado conforme a tabela acordada com o FUNSA. A Cobrança ou Faturamento do atendimento tramitará entre o beneficiário e o credenciado, no ato da execução do procedimento, estando o FUNSA isento de qualquer pagamento;

11.1.24 Não descontinuar a prestação de serviços contratados, temporário ou definitivamente, parcial ou integralmente, sem comunicação prévia ao FUNSA, prejudicando a acessibilidade do beneficiário aos serviços contratados, exceto quando houver formal anuência do HAMN e nas demais hipóteses expressamente previstas em Contrato ou neste Edital;

11.1.25 Permitir, em qualquer tempo, o livre acesso de auditores (médicos ou enfermeiros) do FUNSA, sejam eles próprios, nas dependências do credenciado, para realização de vistoria técnica e auditoria *in loco*, com o propósito de fiscalizar os serviços prestados aos usuários quanto ao atendimento e conferir as marcas de materiais e medicamentos utilizados durante o atendimento aos beneficiários, desde que seja realizada em horário comercial (de segunda a sexta-feira das 08:00 às 17:00 horas) e com responsável encarregado pelo credenciado. Quanto ao acesso aos prontuários, para auditoria de contas e confecção de relatórios, deverá ser realizada de maneira programada e agendada com antecedência junto o FUNSA;

11.1.26 Permitir ao FUNSA, nas hipóteses autorizadas por lei, acesso aos prontuários dos Beneficiários, para auditoria de contas e confecção de relatórios, que deverá ocorrer de forma programada e agendada previamente com o credenciado;

11.1.27 Permitir que outro credenciado do FUNSA possa utilizar suas instalações (do credenciado) para realizar procedimentos cirúrgicos, avaliações ou demais necessidades, com prévio acordo entre ambas as partes. O referido acordo deverá ser formalizado por meio do envio de duas GABs: uma referente à autorização para o uso das instalações e a outra para ciência do procedimento a ser realizado pelo outro credenciado.

11.1.28 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação no presente Edital.

11.1.28.1 Nesse caso, é vedada a retenção de pagamento se o contratado não incorrer em qualquer inexecução do serviço. Entretanto, o credenciado deverá, tão logo for possível, regularizar a condição que deixou de atender, sob pena de ser impedido de continuar com o credenciamento;

11.1.28.2 A Administração poderá conceder um prazo para que o credenciado regularize suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

## **12 DAS SANÇÕES.**

12.1 O credenciado será responsabilizado administrativamente nas seguintes hipóteses:

12.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o credenciamento ou prestar informação falsa durante credenciamento ou a execução do contrato;

12.1.6 fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;

12.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Pelo atraso injustificado na execução das obrigações decorrentes do contrato, o credenciado estará sujeito às seguintes multas:

12.2.1 Multa, prevista no art. 156, II da Lei nº 14.133, de 2021, será calculada no percentual de 0,5% (cinquenta centésimos por cento) **sobre o valor do serviço em mora**, por dia de atraso até o limite de 30 (trinta) dias;

12.2.2 Multa, prevista no art. 156, II da Lei nº 14.133, de 2021, será calculada no percentual de 0,60% (sessenta centésimo por cento) **sobre o valor do serviço em mora**, incidente a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, nas hipóteses de atraso por período superior ao previsto no item acima, limitado em até 60 (sessenta) dias;

12.2.3 As multas acima não impedem que a Administração Pública Federal rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas neste Edital.

12.3 O descumprimento das obrigações contratuais, inclusive sua inexecução, total ou parcial, e/ou das condições previstas neste Edital sujeitará o credenciado, na forma do disposto no art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021, às seguintes penalidades:

12.3.1. Advertência;

12.3.2. Multa, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato;

12.3.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos; e,

12.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta ou indireta de todos os entes federados, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.4 As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

12.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do credenciamento;

12.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.5 As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

12.6 A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração Pública Federal ou cobrada judicialmente.

12.7 As sanções previstas nos subitens 12.3.1, 12.3.3 e 12.3.4 poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem 12.3.2, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo legal.

12.8 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência do Ministro de Estado da Defesa, precedida de análise jurídica e facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo legal.

12.9 As demais sanções são de competência exclusiva do Ordenador de Despesas e do Diretor do HAMN.

### **13. DA RESCISÃO**

13.1. Os contratos poderão ser rescindidos nos casos de inexecução total ou parcial, na incidência dos motivos citados no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme abaixo descrito:

13.1.1. Determinado por ato unilateral e motivado da Administração Pública Federal, nos seguintes casos:

13.1.1.1. não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

13.1.1.2. desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

13.1.1.3. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

13.1.1.4. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

13.1.1.5. caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

13.1.1.6. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

13.1.1.7. não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz;

13.1.1.8. caso a contratada possua administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, §3º do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010).

13.1.2. Por acordo entre as partes, reduzida a termo no procedimento de credenciamento, desde que haja conveniência para a Administração Pública Federal e não prejudique a saúde dos beneficiários do FUNSA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

13.1.2.1. Estando em processo de apuração de irregularidades na prestação de seus serviços, o credenciado não poderá solicitar a rescisão, enquanto não concluído o processo de apuração.

13.1.3. Por rescisão judicial, promovida por parte do credenciado, se a Administração Pública Federal incidir em quaisquer das seguintes hipóteses:

13.1.3.1. Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021;

13.1.3.2. suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

13.1.3.3. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

13.1.3.4. atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.

13.2. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, observado o devido processo legal.



13.3. O Hospital de Aeronáutica de Manaus poderá, no curso de processo de apuração das hipóteses de rescisão administrativa, interromper temporariamente a execução dos serviços, observado o limite fixado no Subitem 13.1.3.1.

13.4. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa do credenciado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados, tendo direito a:

13.4.1. Devolução de garantia;

13.4.2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

13.4.3. Pagamento do custo da desmobilização.

13.5. A rescisão unilateral, por ato da Administração Pública Federal, acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital:

13.5.1. Execução da garantia contratual, quando houver, para: a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução; b) pagamento de multas devidas à Administração Pública.

13.5.2. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública Federal e das multas aplicadas.

13.6. É permitido à Administração Pública Federal, no caso de recuperação judicial ou extrajudicial do credenciado, manter o ajuste, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

13.7. Em caso de rescisão, os tratamentos em curso deverão ser concluídos por parte do credenciado, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa do credenciante.

13.8. A rescisão não eximirá o credenciado das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.

13.9. A rescisão poderá ainda ser realizada por ato unilateral do contratado, mediante descredenciamento por solicitação, ocasião em que gerará efeitos a partir de 30 (trinta) dias do protocolo do pedido.

## **14. DOS RECURSOS.**

14.1. Dos atos da Administração Pública Federal referentes ao indeferimento dos pedidos de credenciamento e demais procedimentos previstos neste Edital caberão recursos administrativos na forma e nos prazos previstos no art. 17 do Decreto nº 11.878, de 2024 e do art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. O recurso será formalizado em processo administrativo, observado o devido processo legal.

14.2. Os recursos deverão ser via sistema do Compras.gov.br.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDOS DE INFORMAÇÕES.**

15.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente edital, após sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.



15.3. Caberá à Autoridade Superior do HAMN, assessorado pela Comissão de Credenciamento, julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.

16.1. A Administração Pública Federal poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

16.1.1. A revogação será precedida de procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, e será formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.1. A qualquer tempo, o credenciante, assistido por terceiros contratados para tal fim, poderá realizar inspeção nas instalações do credenciado para verificação das condições de atendimento, de higiene, de equipamentos e de capacidade técnico operativa.

17.2. No caso de instituições hospitalares, o credenciado obriga-se a permitir a auditoria técnica no local, nos seguintes termos:

17.2.1. Identificação do usuário no setor de admissão do credenciado onde estiver sendo assistido;

#### 17.2.2. Análise do Prontuário Médico e demais registros clínicos;

17.2.3. Visita ao paciente, com observação crítica de seu estado, correlacionando-o com o Prontuário Médico e com os demais registros clínicos;

17.2.4. Discussão dos casos com a(s) equipe(s) médica(s) assistente(s), sempre que necessário para o satisfatório desempenho das funções de auditoria;

#### 17.2.5. Preenchimento do Relatório de Auditoria Hospitalar; e,

17.2.6. Auditoria das faturas médico-hospitalares, correlacionando Prontuário Médico e Relatório de Auditoria Hospitalar.

17.3. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do credenciado, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

17.4. É facultada à autoridade competente, em qualquer fase do procedimento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive com a fixação de prazo de resposta.

17.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.

17.6. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no Hospital de Aeronáutica de Manaus(HAMN).

17.7. Em caso de revogação deste Edital, extinção, resolução ou rescisão do Contrato, havendo internação, o contrato continuará vigente até que o paciente tenha alta médica ou seja possível a transferência para outra OCS.

17.7.1 Havendo contrato com outra OCS, ligado a novo Edital de Credenciamento, que pratique o mesmo objeto, o paciente deverá ser transferido, desde que tecnicamente possível.

17.7.2 Se a OCS, na qual o paciente está internado, firmar novo contrato conectado a novo credenciamento, este passará a regular a internação.

17.8. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do Hospital de Aeronáutica de Manaus, com base nas disposições constantes da Lei nº 14.133, de 2021, e no Decreto nº 11.878, de 2024, e nas demais Leis, Decretos, Portarias e Instruções Normativas a que este instrumento de convocação se encontra subordinado.

17.9. As dúvidas referentes ao Edital poderão ser formuladas ao FUNSA/HAMN e encaminhadas para endereço eletrônico [credenciamentofunsa@gmail.com](mailto:credenciamentofunsa@gmail.com).

## **18. DO FORO.**

18.1. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Manaus-AM, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**Manaus, data conforme assinatura digital.**

**ANDRÉ CAVALCANTE SARAIVA - CAP MED**  
Presidente da Comissão de Credenciamento

**GUSTAVO MESTIERI DE MACEDO - TEN CEL DENT**  
Gerente Orçamentário do HAMN

**JORGE LUÍS MARQUES BASTOS - TEN CEL DENT**  
Ordenador de Despesas do HAMN

**AMAZONAS BARBOSA DA ROCHA - CEL MED**  
Diretor do HAMN



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	EDITAL DE CREDENCIAMENTO 001/2025
Data/Hora de Criação:	26/06/2025 18:47:28
Páginas do Documento:	38
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	39
Hash MD5:	1e84a80f68e0936c9d2f8391655c0fcc
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten LANNUZZYA ABRANTES TEIXEIRA CAMPOS no dia 26/06/2025 às 16:10:00 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap ANDRÉ CAVALCANTE SARAIVA no dia 27/06/2025 às 08:14:05 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten CRISTIANO LIRA ROSA no dia 27/06/2025 às 10:37:56 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel QODENT GUSTAVO MESTIERI DE MACEDO no dia 27/06/2025 às 11:41:46 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel QODENT JORGE LUIS MARQUES BASTOS no dia 27/06/2025 às 12:06:42 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel AMAZONAS BARBOSA DA ROCHA no dia 27/06/2025 às 16:41:22 no horário oficial de Brasília.

## CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO